

Pondo fim à guerra internacional às drogas (*)

O grupo multinacional de jornalistas especializados em política de drogas à minha volta, nas recentes reuniões da Comissão sobre Drogas Narcóticas das Nações Unidas em Viena, mal podia acreditar no que ouvia sair da boca de Yury Fedotov, diretor executivo do Escritório da ONU para Drogas e Crimes.

Alguns minutos antes, em sua entrevista à imprensa de 14 de março, perguntei a Fedotov que caminho seria tomado pela lei internacional sobre drogas se outras nações seguissem lugares como o Uruguai, Portugal e o Colorado no sentido da regulação da *cannabis*. Ele respondeu sem hesitar: “A ONU apoiará os estados membros no caminho que eles decidirem escolher”.

Sendo quem lidera a organização responsável pela implementação das três perigosamente antiquadas convenções contendo a lei internacional sobre drogas, a pronta resposta de Fedotov se torna genuinamente uma notícia clamorosa. Significa que, à medida que pessoas comuns e políticos vão crescentemente se convencendo de que é a própria guerra às drogas a principal fonte dos problemas globais relacionados às drogas, essas convenções (conhecidas como Convenções sobre Drogas Narcóticas) terão que ser significativamente reformadas.

Daí o espanto de meus colegas de lugares como Holanda, Bolívia e Eslovênia.

“Opa”, sussurrou Derrick Bergman, o jornalista holandês especializado em reforma da política de drogas, sentado a meu lado na entrevista, e militante da venerável Coalizão Europeia para Políticas de Drogas Justas e Eficazes (o grupo que me trouxe para testemunhar). “Mudança no jogo”. Então, fez uma pausa e balançou a cabeça em um gesto que aparentava espanto. “É capaz de realmente vermos uma reforma em 2016”.

Bergman se referia à Sessão Especial sobre Drogas Narcóticas da Assembleia Geral (conhecida como UNGASS), a se realizar daqui a dois anos, a requerimento dos Presidentes do México, Colômbia e Guatemala. Essa sessão determinará uma avaliação dos atuais acordos internacionais sobre drogas.

A ideia de um organismo internacional considerando uma política de drogas realista ainda soa extravagante para a maioria dos ouvidos não norte-americanos, como soava nos EUA quando comecei a pesquisar o assunto há apenas quatro anos. Hoje, 58 por cento dos americanos apoiam a legalização da *cannabis* (comparados a 44 por cento em 2011), dois estados legalizaram o uso social por adultos, e pelo menos outros dois (Oregon e Alaska) parecem prontos a fazê-lo nesse ano. Também temos 22 estados com *cannabis* medicinal nos EUA, número que não para de aumentar. Não poucas pessoas que encontrei nas reuniões em Viena, vindas de lugares como Qatar ou Indonésia que ainda têm pena de morte para posse de drogas, saudavam como libertadores americanos como eu.

“Mas, eu nem sou eleitor no Colorado”, confessei a um médico de Jakarta que trabalha para implantar clínicas de redução de danos como alternativa às punições draconianas.

De todo modo, não fiquei pessoalmente surpreso com a encorajadora consciência de Fedotov de que será essencialmente o povo do mundo quem decidirá sobre a política internacional. Pareceu um tanto óbvio e animador. Ou nas palavras de James Gierach, secretário executivo da organização não governamental Law Enforcement Against Prohibition (LEAP), após a entrevista à imprensa de Fedotov: “O gênio está fora da garrafa. O povo está clamando por mudança”.

Uma das razões pelas quais americanos (e latino-americanos) deveriam urgentemente apoiar a reforma da política internacional de drogas é que as existentes convenções estão sendo claramente contraditadas por lugares como o Colorado e o Uruguai que legalizaram a *cannabis* para uso social por adultos: as convenções só permitem o uso medicinal da *cannabis*. Outra razão é a população

carcerária da América, a maior do mundo, graças às prisões de não violentos violadores da lei em consequência da guerra às drogas.

Mas, a mais convincente e urgente razão para mudança, como já mostrava Milton Friedman em 1990, é que a inviável proibição de produtos que centenas de milhões de pessoas desejam “cria lucros obscenos que financiam as assassinas táticas dos senhores das drogas”. A própria ONU estima os lucros da globalizada economia ilegal das drogas em 400 bilhões de dólares anuais, ou pouco mais de 12.000 dólares por segundo. Eis porque milhares de pessoas são mortas na violência da guerra às drogas a cada ano: simplesmente dólares e centavos.

O Dr. Diego Cánepa, membro da delegação uruguaia às reuniões sobre política de drogas em Viena, disse aos participantes que a corrupção e a lavagem de dinheiro eram razões chave para sua nação ter decidido regular o mercado comercial da *cannabis*. “Pesquisamos cada opção e concluímos que a proibição não é a resposta”, disse. “É mais difícil regular um mercado invisível do que um visível”.

Crime foi um tema constante durante as reuniões da ONU na semana passada. Uma audiência em que testemunhei sobre o assunto estava repleta. Tanto defensores da reforma da política de drogas quanto seus oponentes concordam que uma ampla teia de bancos de outra forma legítimos está sendo corrompida pela lavagem de dinheiro relacionada ao comércio de drogas.

No âmbito norte-americano, isso alcançou as manchetes em julho de 2013, quando o HSBC Holdings, o maior banco europeu, fez um acordo com nosso Departamento de Justiça por 1,98 bilhões de dólares, admitindo que efetivamente viabilizara que organização criminal latino-americana lavasse 680 bilhões de dólares. Em uma frase, temos em resumo os efeitos da política internacional de drogas desde que a primeira Convenção sobre Drogas Narcóticas da ONU entrou em vigor em 1961. Agora, em nenhum lugar mais do que na ONU, palavras são uma coisa e ação outra. Na reunião de cúpula da UNGASS em 2016, as convenções sobre drogas serão emendadas de forma a permitir que os estados membros regulem a matéria como desejam, ou não o serão. Esperemos que o sejam. Se sim, como ficaria o retrato da reforma?

A LEAP tem um plano. A equipe de Gierach montou uma detalhada proposta de reforma, em parte baseada nas regras da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o tabaco. Gierach, 69, promotor aposentado em Illinois, disse que as políticas da OMS diminuíram o uso de tabaco pela metade “não criminalizando o tabaco, mas instituindo políticas que incentivam as pessoas a auto-regular”.

A proposta de 36 páginas da LEAP, que Gierach colocava na mão de cada diplomata em Viena, “reinveste as nações com soberania para estabelecer uma política de drogas adequada a suas necessidades”, disse. Até mesmo a seção das velhas convenções “Funções da Diretoria de Controle de Drogas” é reimaginada. “O artigo 9º [da proposta da LEAP de revisão das convenções] substitui as custosas medidas de apreensões de drogas por medidas relacionadas à saúde pública, como o número de pessoas libertadas da prisão”, disse.

A LEAP só precisa de uma nação que endosse sua proposta de reforma para dar início ao processo de emenda na ONU. Realisticamente, no entanto, irá o organismo político mundial dar ouvidos a um promotor distrital americano aposentado, ainda que dedicado, e mudar um corpo legislativo vigente há 55 anos?

“Eles vão ouvir alguém e fazer alguma espécie de mudança”, disse o avô de cabelos brancos. “Não importa se será nossa proposta ou se alguma nação irá pegar grande parte do que estamos propondo e apresentar uma proposta em seu próprio nome. A verdade sobre a guerra às drogas está aí”.

Esse é um momento emocionante para investigar a política internacional sobre drogas, com grande número de nações no recinto. As opiniões nas reuniões da comissão de drogas da ONU, que duraram uma semana, variavam de progressistas a medievais.

A delegação da Ucrânia, por exemplo, disse: “Há uma necessidade de mudança radical” nas vigentes convenções sobre drogas.

Em contraste, o delegado do Iran oferecia como conselho que “a pena de morte serve para deter o tráfico de drogas”.

O campo do meio foi demarcado pelo próprio chefe da política sobre drogas da ONU, Fedotov, nem um pouco fã da regulação legal da *cannabis*. Tentando contextualizar os dois anos de negociações que antecederão as vitais reuniões da UNGASS, não falou em dismantelar as três convenções internacionais sobre drogas, mas em “retornar a seu espírito original, focalizando na saúde”.

A “sopa de letras” dessas ideias conflituosas se refletiu em uma declaração conjunta um tanto confusa que surgiu das reuniões. Tentando agradar os dois lados, a declaração afirma em uma seção que algumas nações estão buscando “alternativas a condenações e punições” em suas políticas de drogas e, em outra seção, que o organismo mundial “reafirma seu inabalável compromisso com ... a redução da oferta”.

Pelo menos no papel, ainda não foi alcançado um consenso sobre o que eu sei após quatro anos de pesquisas no campo da política de drogas: que a guerra às drogas está na raiz do problema das drogas. A boa notícia, como aprendemos nos EUA em 2012, é a de que dois anos é tempo bastante para que aconteçam drásticas (e positivas) mudanças na política de drogas. E o clima político nos corredores da ONU em Viena parecia muito com o dos EUA em 2011. No nosso caso, aqui nos Estados Unidos, uma vez que a verdade sobre uma política de drogas eficaz finalmente ia sendo dita, o povo (dos dois estados e dos que virão) rapidamente decidia pôr fim à guerra às drogas.

Se o modelo da LEAP (ou propostas de reforma similares) avançar e chegar a ser votado na Assembleia Geral em 2016, acredito que uma maioria de nações apoiará o fim da guerra internacional às drogas, deixando que as nações membros estabeleçam suas próprias políticas de drogas. Assim pensa Miguel Samper, Vice-Ministro para Políticas Criminais da Colômbia. Por que? Porque “o problema das drogas é diferente em cada país e a resposta deveria ser diferente”, disse ele em 17 de março.

Se pudermos nos fiar na palavra do Chefe do CND da ONU, Fedotov, quando um número suficiente de nações seguir nossa (e do Uruguai) bem sucedida liderança na reforma da política de drogas, a lei internacional irá pelo mesmo caminho. Como pai e como pesquisador da política de drogas, posso dizer, sem hesitação, que esta é a única e mais importante decisão política que podemos tomar para garantir um mundo mais seguro.

(*) Tradução do artigo do jornalista e escritor norte-americano, Doug Fine, publicado no The Huffington Post de 10 de abril de 2014:

http://www.huffingtonpost.com/doug-fine/ending-the-international-b_5101961.html?utm_hp_ref=fb&src=sp&comm_ref=false